



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde
Curso de Graduação em Enfermagem

GABRIEL CORRÊA BORGES

**O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE O CICLO DA POLÍTICA NACIONAL DE
SAÚDE DA PESSOA IDOSA? UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Brasília
2024

GABRIEL CORRÊA BORGES

**O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE O CICLO DA POLÍTICA NACIONAL DE
SAÚDE DA PESSOA IDOSA? UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Artigo apresentado à Faculdade de Ciências da
Saúde da Universidade de Brasília como requisito
parcial para a obtenção de título de Bacharel em
Enfermagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leides Barroso Azevedo
Moura

Brasília
2024

CG118q Corrêa Borges, Gabriel
O que Diz a Literatura Sobre o Ciclo da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa? Uma Revisão Integrativa de Literatura / Gabriel Corrêa Borges; orientador Leides Barroso Azevedo Moura. -- Brasília, 2024.
35 p.

Monografia (Graduação - Enfermagem) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. 2. Políticas Públicas para a pessoa idosa. 3. Pessoa Idosa. 4. Saúde da pessoa idosa. 5. Implementação de políticas. I. Barroso Azevedo Moura, Leides , orient. II. Título.

Gabriel Corrêa Borges

**O QUE DIZ A LITERATURA SOBRE O CICLO DA POLÍTICA NACIONAL DE
SAÚDE DA PESSOA IDOSA? UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Artigo apresentado à Faculdade de Ciências da Saúde da
Universidade de Brasília como requisito parcial para a
obtenção de título de Bacharel em Enfermagem.

Data da aprovação: 10/07/2024

Prof.^a Dr.^a Leides Barroso Azevedo Moura

Presidente da Banca / Orientadora
Doutora em Ciências da Saúde
Professora do Departamento de Enfermagem (UnB)

Prof.^a Dr.^a Grasielle Silveira Tavares

Membro Efetivo
Doutora em Terapia Ocupacional
Professora do Departamento de Terapia Ocupacional (FCE/UnB)

Prof.^a Dr.^a Marisete Peralva Safons

Membro Efetivo
Doutora em Educação Física
Professora do Departamento de Educação Física (UnB)

Prof.^a Dr.^a Andrea Mathes Faustino

Membro Suplente
Doutora em Ciências da Saúde
Professora do Departamento de Enfermagem (UnB)

Dedico este trabalho às pessoas idosas e a todos aqueles que almejam um dia o direito de envelhecer com dignidade.

“Incentivem, levantem-se e fortaleçam uns aos outros. Pois a energia positiva transmitida para um será sentida por todos nós. Pois estamos conectados, todos e cada um.”

- Deborah Day

RESUMO

Introdução: Este estudo investiga como a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa tem sido discutida, analisada e avaliada na literatura científica, à luz da importância da política, dos desafios e avanços desde sua criação em 2006, considerando o acelerado processo de envelhecimento da população idosa e a garantia do direito à saúde e a envelhecer com dignidade no Brasil. **Método:** Realizou-se uma revisão integrativa de literatura para analisar artigos selecionados sobre a formulação, abordagem, relações com outras políticas, desafios na implementação, procurando identificar ações estratégicas derivadas do monitoramento, iniciativas de assistência às pessoas idosas e se houve orçamento pactuado para implantação da política. **Resultados/Discussão:** A literatura revela que os estudos sobre a PNSPI frequentemente abordam marginalmente sua formulação, apresentando aspectos fragmentados de análise da implementação em relação aos objetivos estabelecidos. Predominantemente, os artigos se concentram nos desafios enfrentados durante a implementação no contexto brasileiro, com pouca ou nenhuma informação sobre a garantia de orçamento da política e se ele foi pactuado entre os entes federativos. **Considerações Finais:** A análise crítica da literatura científica destaca desafios significativos na implementação da PNSPI. Apesar de sua finalidade em melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas, a política enfrenta obstáculos como capacitação insuficiente dos profissionais de saúde para garantia de serviços qualificados, lacunas na acessibilidade à atenção primária a saúde e a falta de um orçamento definido para a PNSPI, comprometendo sua efetividade e impacto esperado.

Palavras-chave: Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa; Implementação; Políticas Públicas; Pessoas Idosas.

ABSTRACT

Introduction: This study investigates how the National Policy on Health for Older Persons has been discussed, analyzed, and evaluated in the scientific literature. It considers the importance of the policy, its challenges, and advancements since its inception in 2006, in light of the rapidly aging population and the guarantee of the right to health and aging with dignity in Brazil. **Method:** An integrative literature review was conducted to analyze selected articles on the formulation, approach, relationships with other policies, and implementation challenges. The review aimed to identify strategic actions derived from monitoring, initiatives to assist older persons, and whether there was an agreed-upon budget for policy implementation. **Results/Discussion:** The literature reveals that studies on the PNSPI often marginally address its formulation, presenting fragmented aspects of implementation analysis in relation to the established objectives. Predominantly, the articles focus on the challenges faced during implementation in the Brazilian context, with little or no information on the policy's budget guarantee and whether it was agreed upon by federal entities. **Final Considerations:** The critical analysis of the scientific literature highlights significant challenges in the implementation of the PNSPI. Despite its aim to improve the quality of life for older persons, the policy faces obstacles such as insufficient training of health professionals to ensure qualified services, gaps in accessibility to primary healthcare, and the lack of a defined budget for the PNSPI, compromising its effectiveness and expected impact.

Keywords: National Policy on Health of Older Persons; Implementation; Public Policies; Older Persons.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Diagrama de fluxo PRISMA para revisões sistemáticas.....	16
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos artigos incluídos no estudo (n=25). Brasília, 2024	17
Quadro 2 - Formulação, abordagem e implementação da PNSPI nos artigos incluídos, 2024	20
Quadro 3 - Desafios, ações estratégicas e resultados da implementação da PNSPI	24

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
MÉTODO	14
<i>Tipo de estudo.....</i>	14
<i>Delineamento do Estudo.....</i>	14
<i>Seleção de Bases de Dados</i>	14
<i>Estratégia de Busca</i>	14
<i>Critérios de Inclusão</i>	14
<i>Critérios de Exclusão</i>	15
<i>Período de Busca.....</i>	15
<i>Seleção e Exclusão de Estudos.....</i>	15
<i>Análise dos Estudos Seleccionados.....</i>	15
<i>Resultados da Análise.....</i>	16
<i>Pressupostos Éticos da Pesquisa.....</i>	16
RESULTADOS	17
DISCUSSÃO	28
<i>Informação acerca da PNSPI.....</i>	28
<i>Abordagem da PNSPI.....</i>	28
<i>Relação da PNSPI com outra política.....</i>	29
<i>Implementação da PNSPI.....</i>	29
<i>Dificuldades ou desafios na implementação da PNSPI</i>	30
<i>Ações estratégicas ou resultado baseado no monitoramento da PNSPI</i>	31
<i>Programas, ações, serviços ou equipamentos urbanos voltados para assistência de pessoas idosas.....</i>	32
<i>Orçamento da PNSPI</i>	33
<i>Importância da análise de políticas públicas.....</i>	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

O Brasil está atravessando diversas transições: demográfica, ecológica, nutricional, epidemiológica, tecnológica e do capital. Em meio a essas transições em curso, o acelerado processo de envelhecimento populacional demanda políticas públicas assertivas para promover saúde ao longo do curso da vida. Esse fenômeno tem gerado um crescimento expressivo no número de pessoas idosas, o que coloca em foco questões políticas, econômicas, sociais, educacionais, demográficas, culturais e de saúde que afetam diretamente essa parcela da população. Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, em apenas uma década, o número de pessoas idosas cresceu mais de 50% no país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2022).

A Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (2021-2030) busca promover uma sociedade inclusiva para todas as idades, com o objetivo de melhorar a vida das pessoas idosas em todos os setores. As áreas prioritárias de ação, definidas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para esta Década, incluem a modificação das percepções sobre o envelhecimento, promoção da autonomia das pessoas idosas, garantia de cuidados de saúde integrados e facilitação do acesso a serviços de longo prazo conforme necessário. Esses ideais estão alinhados com as propostas da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI).

Aprovada pela Portaria Nº 2.528 de 2006, a PNSPI visa promover a recuperação, autonomia e independência das pessoas idosas, além de garantir atenção à saúde adequada e digna para todos. A publicação desta política em 2006 destaca a necessidade contínua de estudar, analisar e monitorar suas ações diante das transformações demográficas, sociais, econômicas, tecnológicas e culturais enfrentadas pela população. A publicação desta política destaca a necessidade contínua de estudar, analisar e monitorar suas ações diante das transformações demográficas, sociais, econômicas, tecnológicas e culturais enfrentadas pela população em destaque desde então.

Nessa perspectiva, é fundamental promover novos estudos, debates e discussões para garantir o direito ao envelhecer com dignidade no Brasil. Essas iniciativas são essenciais para aprofundar o entendimento sobre esta questão atual na sociedade e para avaliar a implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas voltadas para esta população.

A análise de políticas públicas se beneficia significativamente ao utilizar o ciclo de políticas, que inclui as etapas de percepção e definição de problemas, formação da agenda decisória, formulação de programas e projetos, implementação das políticas delineadas, e monitoramento e avaliação das ações planejadas. Este método oferece uma estrutura

metodológica robusta para compreender de maneira abrangente como as políticas são desenvolvidas, implementadas e avaliadas ao longo do tempo (Raeder, 2014).

Aumentar a longevidade e enfrentar as mudanças demográficas recentes são desafios complexos que requerem maior atenção, especialmente na atualização das políticas públicas para os idosos. Embora o Brasil tenha sido pioneiro na América Latina ao formular iniciativas para esse grupo, estas podem ser inadequadas diante do processo contínuo de envelhecimento da população. É crucial que tais políticas não se limitem às existentes (Nicolette, 2023). Além dos desafios, surgem novas oportunidades no Brasil para um debate enriquecedor sobre o envelhecimento e o futuro das próximas gerações. Portanto, é fundamental realizar atualizações, discussões e estudos mais aprofundados sobre as políticas públicas voltadas aos idosos.

Para que uma política pública seja efetivamente implementada, avaliada, monitorada e fiscalizada em suas ações, é essencial contar com indicadores mensuráveis. A análise frequente dos resultados obtidos deve ser realizada, adotando medidas corretivas para corrigir falhas e garantir sua eficácia real. O monitoramento deve ser um processo contínuo e sistemático, utilizando um conjunto limitado, mas relevante e periódico, de informações para uma avaliação rápida da situação e identificação de deficiências na execução. Este processo visa fornecer suporte para intervenções oportunas e ajustes rápidos, visando alcançar os resultados e impactos desejados (Jannuzzi, 2014). Portanto, fica evidente a necessidade e a importância de atualizações e discussões mais amplas sobre políticas públicas voltadas ao envelhecimento na sociedade brasileira, em especial, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

Considerando o crescente envelhecimento da população brasileira e a oferta limitada de políticas públicas para esse segmento, a questão central que norteia este estudo é: “De que forma a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa tem sido debatida, analisada e avaliada na literatura científica em relação aos seus avanços e desafios frente ao crescente aumento da população idosa no Brasil desde sua criação em 2006 até os dias de hoje?”

Este estudo, como objetivo geral, visa analisar o que a literatura científica apresenta sobre a PNSPI desde seu surgimento em 2006, e outros específicos de identificar tendências ao longo do tempo desde a criação da PNSPI em 2006 até a atualidade, incluindo mudanças nas abordagens, desafios existentes e possíveis melhorias, explorar a disponibilidade de informações sobre a PNSPI em bases de dados selecionadas, apontando lacunas ou falta de estudos em áreas específicas e realizar uma análise crítica dos estudos incluídos para uma compreensão mais detalhada das contribuições para o entendimento da PNSPI na literatura científica nacional.

MÉTODO

Tipo de estudo

O presente estudo adotou como método uma Revisão Integrativa de Literatura realizada conforme o processo descrito por Galvão, Sawada e Trevizana (2004), constituído em seis fases, tendo como objetivo analisar as informações sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa desde a sua criação, em 2006, até os dias atuais.

Delineamento do Estudo

A fim de direcionar o estudo exploratório, utilizou-se o acrônimo PCC (População, Conceito, Contexto), sendo P representando a população pessoas idosas no Brasil, C o conceito Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e o C com o contexto debate, análise e avaliação na literatura científica.

Seleção de Bases de Dados

Após a definição da questão norteadora, foram escolhidas as seguintes bases de dados para a coleta dos estudos: Web of Science, National Library of Medicine (Medline), Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature (CINAHL - EBSCO), SciVerse Scopus, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Periódicos CAPES.

Estratégia de Busca

Os descritores não controlados utilizados para as buscas foram Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e Política Nacional de Saúde do Idoso, com o uso do operador booleano OR, sem restrições de idiomas, a fim de não restringir e para delimitar a busca.

Crítérios de Inclusão

Qualquer artigo desde 2006 até a atualidade que mencione em seu título, resumo ou assunto a PNPSI, trazendo alguma discussão, informação ou análise referente a Política, de forma a mostrar de que forma a ela tem sido debatida na literatura científica, ou seja estudos disponíveis na íntegra e com acesso on-line, publicados em formato de artigos.

Crêterios de Exclusão

Artigos que possuíam os descritores no título ou no resumo, mas que não discutiam o assunto de forma abrangente, apenas mencionando-o sem uma análise detalhada.

Período de Busca

A busca ocorreu entre os meses de março e maio de 2024. Outros estudos, como o de Bezerra, Nunes e Moura (2021), já adotam essa metodologia, sintetizando resultados de maneira a produzir evidências relevantes sobre a temática do envelhecimento.

Seleção e Exclusão de Estudos

Foram identificados 130 artigos no total, provenientes de diversas fontes, incluindo 3 da base Web of Science, 1 da Medline, 5 da EBSCO, 4 da SciVerse Scopus, 15 da SciELO, 30 da LILACS, 24 da BVS e 48 do Periódicos CAPES. Inicialmente, 27 estudos foram excluídos por serem textos midiáticos de prefeituras e outros órgãos do governo, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Além disso, 60 estudos foram eliminados por duplicação, identificados com a ajuda do aplicativo da web Rayyan. Após a análise dos estudos restantes, outros 12 foram excluídos por não abordarem a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) ou por não terem como foco o tema do estudo. Dessa forma, 31 estudos foram selecionados para leitura completa.

Análise dos Estudos Selecionados

A próxima etapa foi a leitura na íntegra dos artigos selecionados, correlacionando ao instrumento de análise que constavam informações a serem extraídas dos estudos, como título, ano, delineamento do estudo e a informação ou discussão que aborde o que a literatura tem discutido acerca da PNSPI. Assim, foram adotadas as seguintes questões para análise desses artigos: O artigo apresenta alguma informação acerca da formulação da PNSPI? Se sim, o que traz? De que maneira a PNSPI é abordada no artigo? O artigo citou outra Política? Se sim, qual a relação dessa política com a PNSPI? O artigo menciona sobre a implementação da PNSPI? O artigo descreve as principais dificuldades e/ou desafios na implementação da PNSPI? O artigo cita ações estratégicas ou algum resultado baseado no monitoramento e ou acompanhamento da política? O artigo citou programas, ações, serviços ou equipamentos urbanos voltados para a assistência de pessoas idosas? O artigo cita sobre o orçamento da Política? Se sim, o quê?

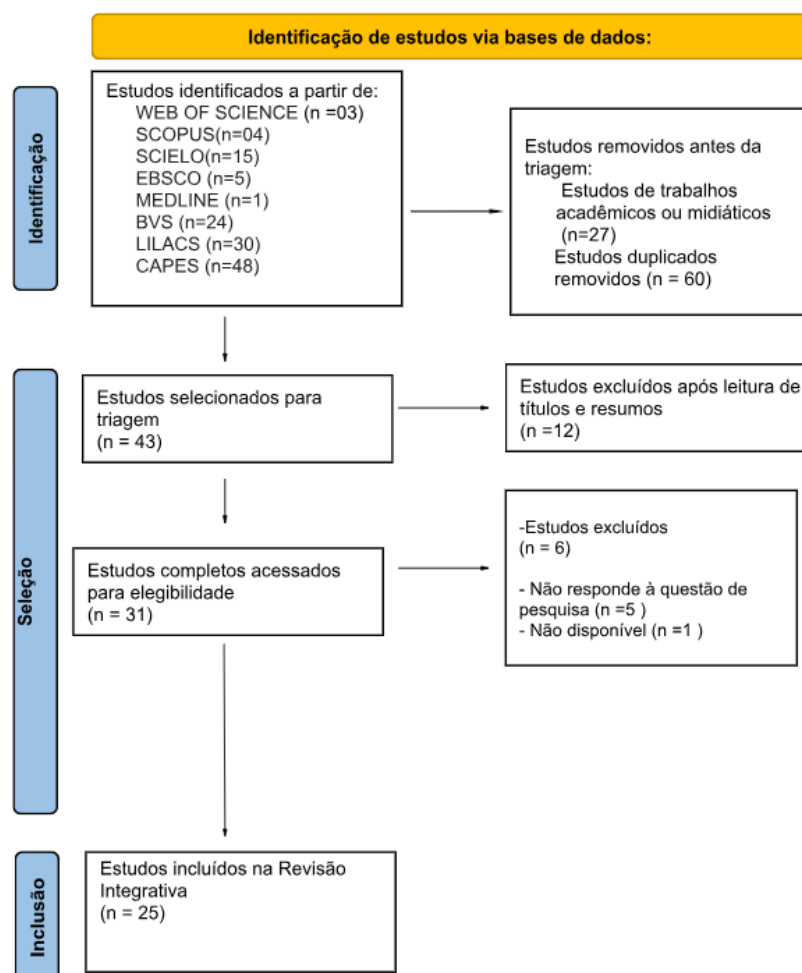
Resultados da Análise

Dos 31 estudos selecionados para leitura completa, 5 foram excluídos por não estarem de acordo com o objetivo da pesquisa, nem responderem as questões utilizadas para a análise e 1 por não estar disponível para leitura na íntegra, restando um total de 25 artigos. Foi utilizado Diagrama de fluxo PRISMA (Page et al, 2021) para simplificar a identificação dos estudos, conforme a Figura 1.

Pressupostos Éticos da Pesquisa

A pesquisa realizada trata-se de uma pesquisa bibliográfica, utilizando dados secundários de fontes previamente publicadas. Envolve a análise de informações já disponíveis na literatura, sem interação direta com seres humanos ou experimentos. Portanto, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa do sistema CEP/CONEP, conforme as diretrizes éticas vigentes no Brasil.

Figura 1 - Diagrama de fluxo PRISMA para revisões sistemáticas.



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

RESULTADOS

A partir da leitura e análise dos estudos selecionados, foram identificados 25 artigos (100%), detalhados no Quadro 1. Dos artigos analisados, apenas 40% abordaram a formulação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. As informações extraídas desses estudos estão disponibilizadas no Quadro 2.

Quadro 1 – Caracterização dos artigos incluídos no estudo (n=25). Brasília, 2024

Nº	Título	Ano	Autor	Metodologia	Periódico
1	Cuidadores de idosos: um novo / velho trabalho	2008	Rezende, Márcia Colamarco Ferreira; Dias, Elizabeth Costa	Relato de caso.	Physis: Revista de Saúde Coletiva
2	Assistência domiciliar a idosos: fatores associados, características do acesso e do cuidado	2010	Thumé, Elaine et al.	Estudo observacional, do tipo transversal, com abordagem qualitativa.	Revista de Saúde Pública
3	Percepções dos profissionais da saúde da família a respeito da atenção à pessoa idosa em Teresina PI	2010	Alencar, Maria do Socorro Silva et al	Revisão Integrativa.	Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia
4	Grupos de conversa: saúde da pessoa idosa na estratégia saúde da família	2010	CombinatoI, Denise Stefanoni et al.	Pesquisa qualitativa, de cunho antropológico realizada por meio de entrevistas semiestruturadas.	Psicologia & Sociedade
5	Avaliação das ações estratégicas na atenção à saúde do idoso em Unidades Básicas de Saúde de Teresina-PI	2012	Da Luz, Larissa Almondes et al.	Estudo Expositivo	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
6	Ações Desenvolvidas pelos Enfermeiros com Idosos Atendidos na Atenção Básica: Revisão Integrativa	2013	Porto Gautrio, Daiane, Sidney Costa Santos, Silvana.	Estudo observacional, de campo e descritivo.	Revista de Enfermagem UFPE on-line
7	A visita domiciliária do agente comunitário de saúde a famílias com idosos frágeis	2015	Magalhães, Kelly Alves et al.	Método dedutivo, com abordagem qualitativa e pesquisa descritiva.	Ciência & Saúde Coletiva
8	Envelhecimento da População e as Políticas Públicas de Saúde	2015	MARIN, Maria José Sanches, PANES, Vanessa Clivelaro Bertassi.	Estudo analítico	Revista Do Instituto De Políticas Públicas De Marília
9	A contribuição das equipes multiprofissionais para a visibilidade da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa para os idosos	2016	Cavalcanti, Patricia Barreto et al.	Estudo quantitativo, descritivo e de corte transversal.	Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano

10	Saúde do Idoso e Execução da Política Nacional da Pessoa Idosa nas Ações Realizadas na Atenção Básica à Saúde	2016	Vieira, Roseli Schminski, Vieira, Reginaldo de Souza.	Estudo qualitativo - análise de conteúdo temático-categorial, através de entrevistas semiestruturadas.	Revista De Direito Sanitário
11	Política nacional de saúde da pessoa idosa: integralidade e fragilidade em biopolíticas do envelhecimento	2016	Duarte, Carine Aparecida Bernhard, Moreira, Lisandra Espíndula.	Revisão integrativa.	Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento
12	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa Vis-À-Vis Qualidade de Vida de Pacientes Portadores de Parkinson	2017	Maximiano-Barreto, Madson Alan et al	Estudo expositivo.	Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente
13	A ciência e a tecnologia pelo olhar de gestores municipais de saúde e articuladores de saúde do idoso de uma região no interior do estado de São Paulo	2017	Silva, Meliza Cristina da Ogata, Márcia Niituma, Pedro, Wilson José Alves	Pesquisa-intervenção, pautada em uma perspectiva dialógica do discurso.	Revista Tecnologia e Sociedade
14	Ações de enfermagem ao idoso na Estratégia Saúde da Família: revisão integrativa	2017	Tavares, Renata Evangelista, Camacho, Alessandra Conceição Leite Funchal, Mota, Cristina Portela da.	Estudo transversal descritivo.	Revista de Enfermagem UFPE on-line
15	Evolução das políticas públicas í pessoa idosa no Brasil	2018	Dias, Ewerton Naves, Pais-Ribeiro, José Luís.	Pesquisa de campo, qualitativa, com coleta dos dados por entrevista semiestruturada.	Enfermagem Brasil
16	Envelhecimento ativo: um relato de pesquisa-intervenção	2018	Massi, Giselle et al	Revisão de bibliografia.	Revista CEFAC
17	A educação a distância no contexto da política nacional de saúde da pessoa idosa: estudo de egressos	2018	Torres, Kellem Raquel Brandão de Oliveira, Luiza, Vera Lucia, Campos, Mônica Rodrigues.	Revisão Integrativa.	Trabalho, Educação e Saúde
18	Implementação da Saúde do Idoso na Estratégia Saúde da Família: visão dos profissionais e gestores	2019	Damaceno, Maria José Caetano Ferreira, Chirelli, Mara Quaglio.	Estudo descritiv o e transversal.	Ciência & Saúde Coletiva
19	A Política Nacional da Saúde do Idoso em Perspectiva	2019	Érika Loureiro Borba, Fabrício Molica de Medonça, Kelly Aparecida Torres, Pablo Luiz Martins.	Estudo qualitativo.	Revista de Administração, Sociedade e Inovação

20	Práticas de promoção da saúde para pessoa idosa: revisão integrativa da literatura	2020	Silva, Joyce Lane Braz Virgolino da et al.	Estudo analítico a partir de pesquisa bibliográfica.	Revista de Pesquisa UFRJ. Online
21	Integração entre Organizações não Governamentais (Ongs) e a Universidade: Contribuições para Efetivação da Política Nacional da Pessoa Idosa	2020	Lima, Maria Paula Simões, Barbarotto, Clarissa.	Editorial.	Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas
22	Idosos em terapia nutricional enteral no domicílio: integração das políticas públicas nacionais e programas municipais	2020	Thieme, Rubia Daniela; Schieferdecker, Maria Eliana Madalozzo; Ditterich, Rafael Gomes.	Estudo de natureza qualitativa, com base avaliativa e bibliográfica.	Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia
23	Políticas públicas e a inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho no Brasil	2020	Sato, Andrea Toshiye; Lancman, Selma	Relato de caso.	Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia
24	Quem tem direito de ir ao dentista? Os limites do acesso aos serviços odontológicos por pessoas idosas no Brasil à luz da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa	2022	Galvão, Maria Helena Rodrigues, Moreira, Rafael da Silveira.	Estudo observacional, do tipo transversal, com abordagem qualitativa.	Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia
25	Implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa em Redenção-CE	2023	Bezerra, Ciciliane de Castro, Moreira, Rafaella Pessoa.	Revisão Integrativa.	Conhecer: Debate Entre o Público e o Privado

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A forma que os artigos abordaram a PNSPI, após a análise estão detalhadas Quadro 2. Apenas 40% mencionaram outra política além da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI). As relações entre essas políticas citadas e a PNSPI são as seguintes: A Política Nacional de Saúde do Trabalhador foi relacionada com a PNSPI em relação ao papel dos cuidadores de pessoas idosas no artigo número 1, de acordo com a Quadro 1. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) aborda o cuidado de idosos frágeis ou em processo de fragilização, incluindo sua atenção na Estratégia de Saúde da Família (ESF), citada no artigo 3 e no 8. A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), surgida simultaneamente à PNSPI, visa abordar condições crônicas e agudas, promovendo vigilância e saúde, fortalecendo a Atenção Primária à Saúde (APS), citada no artigo 8 e no 20. A Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso), a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), a Resolução nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social) e a Portaria nº 2.528/2006 (Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa) garantem os direitos das pessoas idosas, que foram citadas no artigo 9. A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde está relacionada à PNSPI ao gerar e aplicar conhecimento para promover universalidade e equidade

na assistência à saúde, citada no artigo 13. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) apoia a formação contínua dos profissionais do SUS na área de saúde da pessoa idosa, alinhando-se à diretriz da PNSPI para práticas relacionadas ao envelhecimento, citada pelo artigo 17 e 18. A Política Nacional de Saúde Bucal, citada no artigo 24, enfatiza a necessidade de ampliar o acesso a serviços odontológicos para idosos. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), citada no artigo 22, é analisada em conjunto com a PNSPI para verificar suas interações e ações voltadas para a nutrição e saúde da pessoa idosa. Essas políticas mencionadas nos artigos demonstram uma interconexão com a PNSPI de acordo com a análise realizada.

Sobre a implementação da PNSPI, 80% dos artigos discutiram algum aspecto fragmentado da implementação, como avanços, desafios, estratégias adotadas e resultados obtidos. Os detalhes específicos encontrados em cada artigo sobre a implementação da PNSPI estão apresentados no Quadro 2, proporcionando uma visão abrangente e detalhada sobre o tema.

Quadro 2 - Formulação, abordagem e implementação da PNSPI nos artigos incluídos, 2024

Formulação da PNSPI de acordo com os artigos selecionados	
Artigo	Informação
4	O Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão estabelece a saúde do idoso como uma das seis prioridades. Com base nisso, é aprovada a PNSPI.
5	O artigo menciona a formulação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, concluída em 19 de outubro de 2006, quando a Portaria nº 1.395/GM, de 10 de dezembro de 1999, foi revogada pela Portaria nº 2.528, que aprova a nova política.
6	O Pacto pela Vida, publicado em fevereiro de 2006 pela Portaria nº 399/GM, visa garantir acesso universal à saúde, focando na promoção da saúde e prevenção de doenças. Prioriza a saúde dos idosos como uma das seis prioridades entre os níveis federal, estadual e municipal, e apresenta ações para implementar as diretrizes da PNSPI.
8	O Pacto pela Vida, iniciado com a Portaria nº 399/GM em fevereiro de 2006, culmina na Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006, que estabelece a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI).
10	O artigo aborda a trajetória até a criação da PNSPI, desde o 1º Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento em 1982, passando pela Constituição Federal de 1988 (Artigo 230), que elevou o direito do idoso ao status de direito fundamental e estabeleceu a proteção pelo Estado, sociedade e família. Em seguida, menciona o 2º Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento em 2002, a Lei Federal n. 10.741/2003 que instituiu o Estatuto do Idoso, e o Pacto pela Saúde em 2006, culminando na criação da PNSPI.
11	A criação da PNSPI foi motivada pelas necessidades identificadas na II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em Madri, 2002. O Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento desenvolvido lá destacou três prioridades: desenvolvimento das pessoas idosas, promoção da saúde e bem-estar na velhice, e criação de ambientes favoráveis, levando à reformulação da política de saúde para o idoso e à elaboração da PNSPI.

15	Desde a Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento da ONU, a Carta de Viena foi redigida como um Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento Humano, destacando a necessidade de políticas abrangentes para idosos nas áreas social, econômica, médica e legal. Com a Constituição de 1988, os idosos tiveram reconhecidos seus primeiros direitos sociais e a sociedade civil foi incluída no desenvolvimento de políticas públicas. Esses marcos foram essenciais para a criação da Lei nº 8.842, que institui a Política Nacional do Idoso, seguida pelo Estatuto do Idoso e pela PNSPI.
17	O artigo destaca que a vigência do Estatuto do Idoso, a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF), as redes estaduais de assistência à saúde do idoso e a publicação do Pacto pela Saúde tornaram urgente a necessidade de readequação da PNSPI.
19	A política foi formulada com base na constatação de que a principal preocupação que pode impactar a população idosa é a perda da capacidade funcional, essencial para a realização de suas atividades diárias.
21	No Brasil, está ocorrendo um processo de envelhecimento populacional, o que levou o governo a desenvolver políticas para melhorar a qualidade de vida dessa faixa da população. A PNSPI foi criada com o objetivo de promover saúde, aumentar a autonomia e reduzir a dependência dos idosos.
Abordagem sobre a PNSPI nos artigos	
Artigo	Informação
1	O artigo aborda a PNSPI ao relacioná-la com o trabalho dos cuidadores de idosos, especialmente focando na sua saúde e no suporte disponível para eles atualmente.
2	O artigo aborda a PNSPI ao associá-la com a assistência domiciliar, explorando como essa política influencia ou orienta as práticas de cuidado prestadas aos idosos em seus próprios lares.
3	O artigo aborda a PNSPI por intermédio das percepções dos profissionais de saúde, enfocando sua principal diretriz de preservar a capacidade funcional dos idosos para prevenir doenças e incapacidades na velhice. Os profissionais entendem que os condicionantes de saúde estão alinhados com as diretrizes da PNSPI.
4	A PNSPI é abordada ao incluir a promoção do envelhecimento ativo e saudável como uma de suas diretrizes. Desenvolver um projeto de extensão com a população idosa seria uma forma eficaz de implementá-la.
5	O artigo aborda que a divulgação e informação sobre a PNSPI para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS é uma diretriz da política.
6	A PNSPI é abordada ao detalhar as ações atribuídas aos enfermeiros na atenção primária.
7	O artigo utiliza a PNSPI como referência para identificar e definir idosos em situação de fragilidade. Além disso, destaca que as visitas realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde às famílias dos idosos frágeis são parte integrante da implementação da política.
8	O artigo aborda a PNSPI ao relacioná-la com o trabalho dos cuidadores de idosos, especialmente focando na sua saúde e no suporte disponível para eles atualmente.
9	O artigo aborda a PNSPI ao associá-la com a assistência domiciliar, explorando como essa política influencia ou orienta as práticas de cuidado prestadas aos idosos em seus próprios lares.
10	O artigo aborda a PNSPI por intermédio das percepções dos profissionais de saúde, enfocando sua principal diretriz de preservar a capacidade funcional dos idosos para prevenir doenças e incapacidades na velhice. Os profissionais entendem que os condicionantes de saúde estão alinhados com as diretrizes da PNSPI.

11	A PNSPI é abordada ao incluir a promoção do envelhecimento ativo e saudável como uma de suas diretrizes. Desenvolver um projeto de extensão com a população idosa seria uma forma eficaz de implementá-la.
12	O artigo aborda que a divulgação e informação sobre a PNSPI para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS é uma diretriz da política.
13	A PNSPI é abordada ao detalhar as ações atribuídas aos enfermeiros na atenção primária.
14	O artigo utiliza a PNSPI como referência para identificar e definir idosos em situação de fragilidade. Além disso, destaca que as visitas realizadas pelos Agentes Comunitários de Saúde às famílias dos idosos frágeis são parte integrante da implementação da política.
15	A PNSPI é abordada de forma expositiva, enfatizando sua meta de proporcionar uma atenção à saúde adequada e digna para os idosos.
16	O artigo analisa se a atuação da equipe multiprofissional de saúde contribui para o conhecimento e implementação das diretrizes da PNSPI entre os usuários que residem na instituição.
17	O estudo investigou se os municípios de uma região do Sul do Estado de Santa Catarina conhecem e aplicam a PNSPI durante as ações realizadas na atenção básica à saúde. Além disso, o artigo discute integralmente a PNSPI, abordando todas as ações estratégicas recomendadas pela política, bem como suas diretrizes fundamentais.
18	A PNSPI é problematizada por intermédio da análise de como são constituídos os idosos, a velhice e a saúde. O artigo realiza uma análise dos objetivos, diretrizes e conceitos apresentados pela política.
19	A PNSPI é abordada pelo autor ao relacioná-la com a qualidade de vida de pacientes portadores de Doença de Parkinson.
20	Eles abordam a PNSPI a partir das concepções de ciência e tecnologia que envolvem o objeto da Política, com o objetivo de analisá-las na perspectiva de gestores e articuladores da saúde da pessoa idosa nos municípios do Departamento Regional de Saúde.
21	O artigo investiga as ações de enfermagem voltadas para o idoso na Estratégia Saúde da Família e as discute à luz da PNSPI.
22	A PNSPI é abordada de maneira expositiva, com seus principais objetivos, diretrizes e metas claramente delineados.
23	A PNSPI é abordada ao destacar que práticas dialógicas com pessoas idosas podem promover o envelhecimento ativo e superar concepções negativas sobre a velhice, conforme proposto pela política.
24	O artigo analisa a efetividade de um curso sobre envelhecimento na implementação da PNSPI, utilizando como base a percepção dos profissionais de saúde que participaram do curso.
25	O texto propõe analisar o processo de implementação das ações de saúde para idosos pelas equipes das Unidades de Saúde da Estratégia de Saúde da Família (ESF) em um município específico, considerando esses desafios e a atualidade da PNSPI.
Menção sobre a implementação da PNSPI	
1	Cita acerca da dificuldade de implementação da política em relação aos cuidados aos idosos fornecidos pelos cuidadores.
3	Cita ao trazer as estratégias da PNSPI e a implementação de ações que busquem a promoção do envelhecimento ativo e saudável.
4	O artigo afirma que desenvolver um projeto de extensão com a população idosa focado na promoção de saúde atende a diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, como: promover o envelhecimento ativo e saudável, capacitar profissionais do SUS, divulgar a

	política para profissionais, gestores e usuários, e possibilitar a produção de conhecimento na área.
5	O artigo afirma que as ações, programas e projetos que operacionalizam a PNSPI estão sendo desenvolvidos de forma descentralizada, com direção única em cada esfera de gestão. Além disso, a participação dos idosos nas diferentes instâncias do SUS está sendo incentivada e facilitada.
6	Cita ao trazer as ações a serem desenvolvidas especificamente pelos enfermeiros que trabalham na atenção primária/ESF, direcionadas à saúde dos idosos, com base na PNSPI.
7	Cita ao mencionar que as visitas dos ACS às famílias dos idosos frágeis estão alinhadas com a implementação da PNSPI. Essa decisão está ligada à necessidade de definir estratégias e metas gerenciais para o cuidado das famílias com idosos frágeis, bem como para a humanização e qualificação desse cuidado.
8	Cita ao trazer que a PNSPI visa garantir atenção à saúde digna para os idosos. No entanto, o sistema de saúde pública no Brasil enfrenta desafios para oferecer o suporte necessário aos idosos doentes e às famílias que cuidam deles.
9	Cita ao trazer que é necessário avançar na implementação das diretrizes da política. Reafirma também a relevância da PNSPI, pois, apesar dos desafios, ela continua sendo um instrumento norteador para atender melhor às demandas da população idosa.
10	Cita ao investigar se os municípios de uma região conhecem e aplicam a PNSPI durante as ações realizadas na atenção básica à saúde.
11	Cita informando que ela não é implementada quanto as suas diretrizes aos pacientes portadores de Doença de Parkinson.
13	O artigo menciona algumas diretrizes da PNSPI e os desafios relacionados à sua implementação.
14	Menciona sobre a implementação ao abordar as ações que não estão sendo contempladas na política.
16	Menciona que a prática das atividades dialógicas teve efeitos positivos na participação social e na autonomia dos idosos participantes, promovendo o envelhecimento ativo conforme preconizado pela PNSPI.
17	Menciona ao analisar a efetividade de um curso sobre envelhecimento e saúde da pessoa idosa na implementação da PNSPI.
18	Menciona ao trazer que a implementação da PNSPI em nível municipal vem enfrentando dificuldades no processo de operacionalização das ações, relacionadas à inexistência de ações específicas do PNSPI, despreparo na formação profissional entre outros.
19	Menciona ao propor a necessidade de verificação da nova realidade demográfica brasileira, alinhada ao conceito de envelhecimento ativo da PNSPI e seus indicadores, para melhor adequação das políticas à realidade da população.
21	Menciona ao mostrar as inconformidades e a não implementação das ações da política ao se realizar uma avaliação global de idosos voluntários em um Centro de Convivência do Idoso.
23	Menciona ao trazer que a PNSPI, como política pública direcionada aos idosos, inclui disposições específicas relacionadas ao trabalho dessa população.

24	Menciona ao citar que a diretriz de saúde integral estabelecida pela PNSPI não está sendo implementada adequadamente no que diz respeito à saúde bucal das pessoas idosas.
25	Menciona ao trazer se a implementação da PNSPI na gestão municipal busca entender como esse processo se estabelece, observando as ações e serviços voltados à articulação intersetorial de atendimento ao idoso e se eles participam das tomadas de decisão no âmbito dessa política.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Em relação ao questionamento sobre as principais dificuldades e desafios na implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), observou-se que apenas 32% dos artigos analisados não abordaram esse aspecto, deixando 17 artigos (68%) que discutem essas questões, conforme detalhado no Quadro 3.

Quanto ao questionamento 6, que investigou se os artigos mencionavam ações estratégicas ou resultados baseados no monitoramento e/ou acompanhamento da política, constatou-se também que 68% dos artigos apresentaram dificuldades e desafios distintos relacionados à PNSPI, conforme detalhado no Quadro 3.

Na análise sobre menções de programas, ações, serviços ou equipamentos urbanos voltados para a assistência de pessoas idosas, verificou-se que 88% dos artigos incluíram essas informações. O Quadro 3 ainda detalha essas menções.

Quadro 3 - Desafios, ações estratégicas e resultados da implementação da PNSPI, 2024

Principais desafios e/ou dificuldades na implementação da PNSPI, conforme os artigos	
Artigo	Informação
1	1. A maioria dos idosos ainda não recebe o suporte determinado pela PNSPI nas políticas públicas de saúde. 2. Entender as condições de trabalho dos cuidadores de idosos e seus impactos na saúde é essencial para desenvolver políticas públicas que ofereçam suporte eficaz a essa população.
3	1. Adaptação das políticas de seguridade social, saúde, assistência e previdência social às implicações do crescimento demográfico, considerando as condições socioeconômicas e culturais do envelhecimento da população. 2. Implementar ações preventivas para evitar doenças e incapacidades na velhice, promovendo a manutenção da capacidade funcional dos idosos conforme preconizado pela PNSPI.
5	1. A maioria dos profissionais de saúde conhece a PNSPI, porém é crucial compreendê-la integralmente, dado seu significativo avanço. 2. Capacitar profissionais de saúde para implementar efetivamente as ações da PNSPI, garantindo sua aplicação prática e eficácia das políticas específicas. 3. A PNSPI preconiza que a Atenção Básica/Saúde da Família seja a porta de entrada para essa população, porém falta regulamentação específica dessa medida
6	1. Incorporar o cuidado de saúde dos idosos ao trabalho do enfermeiro de atenção primária/ESF, promovendo um envelhecimento saudável conforme o PNSPI e o Pacto pela Vida. 2. Melhorar os cuidados de saúde aos idosos na atenção primária/ESF, alinhando-se ao Pacto pela Vida e à PNSPI, por intermédio da ampliação e reavaliação das ações dos enfermeiros para atender melhor às suas necessidades.
9	1. O desconhecimento ou entendimento superficial da legislação de proteção social ao idoso (PNSPI), devido à escassez de disciplinas profundas sobre o tema na maioria dos cursos de graduação no Brasil. 2. Capacitar adequadamente os profissionais para atuar na área do envelhecimento, conforme estabelecido pela PNSPI, abrangendo todos os níveis de atenção. 3. Garantir que os profissionais ofereçam regularmente orientação aos idosos residentes e/ou seus familiares sobre os direitos

	assegurados pela PNSPI. 4. Capacitar profissionais qualificados para atender de maneira abrangente às necessidades multifacetadas do público idoso, conforme preconizado pela PNSPI.
10	1. A escolha dos coordenadores da atenção básica à saúde nos municípios muitas vezes ocorre por critérios políticos, não técnicos, sendo nomeados durante os mandatos dos prefeitos sem concursos públicos. Isso limita a capacidade de planejar e executar ações de saúde a médio e longo prazo conforme preconizado pela PNSPI. 2. Principais obstáculos na implementação completa da PNSPI incluem: a) falta de recursos financeiros ou prioridade dos gestores para a saúde do idoso; b) baixa demanda por serviços de saúde entre os idosos; c) resistência à aprendizagem de novos conceitos devido ao baixo nível de instrução; d) abandono familiar, resultando na falta de acompanhamento dos idosos nas Unidades de Saúde da Família (UESF). 3. Falta de educação permanente consistente para os profissionais de saúde das UESF, comprometendo a implementação adequada da PNSPI. 4. Ausência de ações voltadas para o controle social em saúde em todos os municípios, conforme preconizado pela PNSPI.
12	1. Existe uma lacuna entre as políticas que priorizam o cuidado integral aos idosos e indivíduos com patologias e sua implementação prática, conforme percebido pela qualidade de vida relatada pelos idosos entrevistados. 2. Melhorar a qualidade de vida dos idosos por intermédio de práticas profissionais que efetivamente promovam a colaboração interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar da equipe de saúde.
13	1. Ampliar a participação da sociedade e fortalecer a comunicação e a rede de informação na implementação da PNSPI requer reconhecer que isso vai além da simples criação de novos serviços e ações. 2. Capacitar gestores municipais de saúde e articuladores da saúde do idoso para entenderem plenamente ciência e tecnologia, essenciais para fortalecer a pesquisa e a participação social conforme diretrizes da PNSPI. 3. A implementação de políticas de saúde e ações municipais frequentemente está condicionada a questões orçamentárias e de infraestrutura, segundo articuladores e gestores.
14	1. A PNSPI não trata da temática/ação relacionadas ao atendimento preferencial do idoso na ESF. 2. Aprimorar as visitas domiciliares da PNSPI para melhorar o suporte às necessidades reais dos idosos, promovendo aprendizado prático e prevenção de agravos à saúde.
17	Avaliar intervenções públicas é crucial, visto que a educação permanente é fundamental para diversas políticas públicas, incluindo a PNSPI.
18	Profissionais observam que a implementação da PNSPI é superficial, com ausência de menção às ações estratégicas da política e abordagem pouco aprofundada das que foram identificadas, algumas não demonstraram ser claramente direcionadas ao idoso.
19	1. Deve-se revisar a atuação das três esferas governamentais em relação da implementação da PNSPI, buscando uma gestão mais articulada e efetiva e com maior mobilidade para os atores implementadores locais. 2. Criar uma agenda positiva envolvendo setor público e sociedade para expandir e melhorar a gestão da atenção primária, com foco no aprimoramento do atendimento domiciliar para idosos vulneráveis. É essencial definir claramente as competências e limites de atuação de cada órgão e instituição nas redes de cuidado aos idosos. Além disso, é necessário conscientizar a sociedade sobre a violência contra idosos e ampliar a divulgação de canais diretos de denúncia de abusos. 3. Produção acadêmica relacionada às políticas públicas para a população idosa, 4. Produção de indicadores para a ampliação e efetivação das ações relacionadas ao envelhecimento.
20	1. Falta de práticas integradas que abranjam os diversos aspectos da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, como informação dos direitos dos idosos, participação em conselhos de saúde e promoção de prevenção primária, como vacinação. 2. Maioria dos municípios não implementa integralmente as ações de promoção da saúde da PNSPI, prejudicando a gestão e execução de medidas essenciais para a saúde do idoso, representando um desafio significativo para a Saúde Pública na promoção da saúde das pessoas idosas.
21	O descaso devido à falta de investimentos e incentivos, especialmente públicos, para efetivar a PNSPI. Apesar das propostas positivas para melhorar a qualidade do envelhecimento no Brasil, a ausência de apoio financeiro compromete a implementação eficaz da política.
22	1. Implementar medidas que combatam a discriminação e favoreçam a contratação de pessoas idosas por empresas públicas e privadas, visando equilibrar a competitividade do mercado de trabalho e combater o estigma associado aos idosos, conforme preconizado pela PNSPI. 2. Ausência de informações na PNSPI sobre a educação continuada para pessoas idosas.
24	Necessidade de articulação da saúde bucal com a PNSPI.
25	1. A implementação da PNSPI na gestão municipal enfrenta desafios devido à maioria dos gestores não ser concursados neste município. 2. Realizar concursos públicos para contratar profissionais especializados em saúde do idoso, visando garantir os direitos desse segmento populacional conforme previsto na legislação.

Ações estratégicas, resultados do monitoramento/acompanhamento da PNSPI	
Artigo	Informação
1	A PNSPI reconhece cuidadores como parceiros das equipes de saúde, fornecendo condições dignas de trabalho e suporte que inclui técnicas de cuidado e organização do trabalho, inclusive os cuidadores familiares.
2	A assistência domiciliar no município estudado está trazendo resultados satisfatórios, alinhados com a PNSPI.
5	Desenvolvimento de ações de socialização, promoção da saúde, atividades educativas sobre direitos e o Estatuto do Idoso, vacinação em dia, exame de cavidade oral de rotina, acompanhamento sistemático de saúde, capacitação de cuidadores domiciliares e detecção precoce de demências.
6	A participação dos idosos em grupos, conforme o Pacto pela Vida e a PNSPI, é destacada como crucial para a promoção da saúde e socialização, oferecendo novas perspectivas para essa população.
8	Ações estratégicas para promover o envelhecimento ativo e saudável, como a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e cursos de aperfeiçoamento em envelhecimento e saúde.
9	A PNSPI propõe a capacitação de equipes multiprofissionais como uma ação estratégica para a qualificação contínua do pessoal de saúde.
10	Nenhum dos municípios consegue aplicar integralmente o disposto na PNSPI, devido a diversas inconformidades que impedem sua implementação completa. Imunização; visita domiciliar realizada pela equipe de saúde, apoio do Núcleo de Apoio à Família; atendimento domiciliar semanal aos idosos acamados ou com deficiência motora; consulta de enfermagem; grupo de Hiperdia; fornecimento de medicação no domicílio dos idosos são algumas das ações adotadas.
14	Ações abordadas incluem visita domiciliar com foco na prevenção de acidentes e no conhecimento da realidade do idoso, além de consultas de enfermagem. O artigo aponta que, apesar da PNSPI prever ações integradas de combate à violência contra idosos, não foram mencionadas ações específicas para este fim na realização da visita domiciliar. Orientações ao idoso são consideradas relevantes e estão previstas na PNSPI. A PNSPI reforça a necessidade de educação permanente voltada para a população idosa.
16	A implementação de atividades dialógicas demonstra impacto positivo na autonomia das participantes, alinhado com o princípio da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa de garantir autonomia ao longo da vida. Além disso, essas práticas contribuem significativamente para promover o envelhecimento ativo entre os idosos, conforme preconizado pela política nacional.
17	Após um curso de capacitação, houve aumento significativo na implementação de atividades previstas pela PNSPI para idosos na atenção básica, como uso da caderneta, educação em saúde/prevenção de quedas, busca ativa de idosos, estímulo ao envelhecimento ativo, promoção do autocuidado, entre outras estratégias. A falta de profissionais capacitados representa uma dificuldade significativa na implementação das atividades da PNSPI.
18	Falta de um plano municipal específico para a população idosa, com documentos existentes que não abrangem as diretrizes da PNSPI. Implementação da PNSPI no município com percepções divergentes, indicando cronogramas imprecisos e superficialidade. Necessidade de revisão do processo de implementação focado no planejamento e na execução parcial das ações da política. Implementação superficial da PNSPI no município, com ausência de menção às ações estratégicas e abordagem pouco aprofundada.
19	Implementação eficaz de programas de atividades físicas para idosos, conforme preconizado pela PNSPI, promovendo o envelhecimento ativo e melhorando a qualidade de vida da população idosa. A validação de indicadores e instrumentos para mensurar o envelhecimento ativo é crucial para orientar efetivamente as estratégias de implementação da política nacional de saúde do idoso, garantindo o sucesso das ações planejadas. Violência doméstica tem impacto direto na saúde da pessoa idosa, mas vem sendo negligenciada no sentido de não haver muitas ações governamentais e da própria sociedade que contemplem a prevenção, promoção e recuperação dos indivíduos que sofrem tais violências. A produção acadêmica relacionada às políticas públicas voltadas para a população idosa precisa ser alavancada, principalmente com relação a produção de indicadores.
20	Verifica-se uma ausência significativa de práticas que abordem os eixos da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI). As ações de promoção da saúde delineadas na PNSPI revelam que a maioria dos municípios estudados não as aplica integralmente.
21	Organizações não governamentais e entidades do terceiro setor têm papel fundamental na implementação da PNSPI, compensando a negligência do poder público na execução das suas diretrizes. Essas organizações promovem ações sociais que apoiam e complementam as políticas públicas voltadas para a saúde e bem-estar dos idosos, preenchendo lacunas e contribuindo significativamente para efetivar as estratégias de promoção da saúde dessa população.

23	A adequação das condições e organização do trabalho é uma recomendação essencial pouco abordada nas políticas voltadas para a pessoa idosa, sendo mencionada apenas pela PNSPI. No entanto, a PNSPI carece de especificações sobre quais devem ser essas condições e não aborda a organização das empresas. Portanto, é crucial aprimorar este aspecto para assegurar um cuidado adequado e integral aos idosos. <u>A implementação de programas de preparação para aposentadoria é abordada pela PNSPI.</u>
24	Além da simples disponibilização de serviços odontológicos, é fundamental elaborar estratégias eficazes para garantir o acesso aos cuidados odontológicos, conforme as diretrizes de atenção integral da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI). Isso implica não apenas na oferta dos serviços, mas também na implementação de medidas que facilitem o acesso físico, financeiro e cultural dos idosos aos cuidados odontológicos necessários para sua saúde e bem-estar. As barreiras para a atenção bucal aos idosos incluem falta de infraestrutura e transporte adequado, desafios para os dentistas, falta de conhecimento sobre cuidados específicos, maior tempo de atendimento, incentivos financeiros limitados e recusa de cuidados por pacientes, especialmente os com demência. É essencial implementar medidas práticas para superar esses desafios na prática clínica, apesar das diretrizes da PNSPI que buscam melhorar essas condições.
25	Necessidade de fortalecer os laços com outras instâncias além da Secretaria de Assistência Social (SAS), do CRAS, do CREAS e do CMDI para cumprir o que a PNSPI prevê. Descentralização administrativa no processo de implementação de políticas públicas por parte da SMS afeta o atendimento à pessoa idosa no nível da atenção básica/saúde da família. A implementação da PNSPI no âmbito da gestão municipal ainda apresenta falhas de suma importância, principalmente se levarmos em conta o aumento da população idosa deste município. Deve-se debater as limitações aqui relatadas e estabelecer metas para efetivar a PNSPI com enfoque local
Programas, ações, serviços ou equipamentos urbanos para a assistência de pessoas idosas	
Artigo	Informação
1	Cuidado no domicílio; Alternativas de cuidado como os asilos, casas de repouso e similares; Cuidadores de idosos.
2	Assistência Domiciliar
3	Programa de Controle de Hipertensão Arterial e Diabetes (HIPERDIA); Atenção domiciliar;
4	Grupos de Conversa denominado Envelhecimento e promoção de saúde na rede de atenção básica.
5	Estratégia de Saúde da Família
6	Consulta de Enfermagem, Visita Domiciliar e Grupos de Vivência
7	Unidade Básica de Saúde
8	Cuidado domiciliar; Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa
9	Instituições de longa permanência para idosos; Equipe Multiprofissional
10	Conferências de Saúde; Conselhos Municipais de Saúde; Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa; Academias de rua nos bairros
11	Tecnologias como redes de informação (internet, celular, aplicativos sociais, televisão), tecnologia dura (equipamentos de saúde, informática, exames, medicamentos, vacinas, técnicas cirúrgicas) e tecnologia leve (relacional, baseada em escuta e acolhimento).
12	HIPERDIA, a PNAB, o Estatuto do Idoso.
13	Políticas e documentos pertinentes as pessoas idosas no Brasil, como é o caso do Estatuto, da PNI, e sobretudo, a PNSPI.
14	Oficina da Linguagem - Encontros Dialógicos.
15	Educação Permanente em Saúde; Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa
16	Educação Permanente em Saúde; NASF; ESF.
17	Atividades físicas e demais grupos que impulsionem a participação social ativa e o desenvolvimento e manutenção de habilidades pessoais.
18	Atividades de educação em saúde em grupos, com foco na orientação sobre patologias ou temáticas como realização de atividades físicas e corporais.
19	Centros de Convivência do Idoso ou Centros de Convivência para a Terceira Idade (Cecoms), ONGs
20	Políticas voltadas para pessoas idosas
21	Projeto de Lei da Saúde Bucal no SUS (PL do Brasil Sorridente).
22	Secretaria de Assistência Social (SAS), o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)
23	Cuidado no domicílio; Alternativas de cuidado como os asilos, casas de repouso e similares; Cuidadores de idosos.
24	Assistência Domiciliar
25	Programa de Controle de Hipertensão Arterial e Diabetes (HIPERDIA); Atenção domiciliar;

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

Por último, ao analisar se os artigos mencionam o orçamento da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), constatou-se que nenhum dos artigos trouxe informações sobre essa temática.

DISCUSSÃO

Informação acerca da PNSPI

Os artigos que apresentaram alguma informação sobre a formulação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) abordaram o tema de forma muito superficial. As informações indicavam que a saúde do idoso foi estabelecida como uma das seis prioridades no Pacto pela Vida, publicado em fevereiro de 2006 pela Portaria nº 399/GM, e que a PNSPI foi aprovada pela Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006, revogando a Portaria nº 1.395/GM de 1999, que anuncia a Política Nacional de Saúde do Idoso (Combinato et al, 2010; Da Luz et al, 2012). Os artigos traçam a trajetória da criação da PNSPI, começando pelo 1º Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento (1982), a Constituição de 1988 que elevou o direito do idoso a direito fundamental, o 2º Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (2002), a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e a publicação do Pacto pela Saúde em 2006 (Vieira et al, 2016). A reformulação da política de saúde para o idoso, culminando na PNSPI, foi impulsionada pela II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (2002) e reforçada pela vigência do Estatuto do Idoso, ampliação da Estratégia Saúde da Família (ESF) e redes estaduais de assistência à saúde do idoso (Duarte; Moreira, 2016; Torres; Luiza; Campos, 2018). Os artigos destacam que a PNSPI foi formulada devido à perda da capacidade funcional da população idosa e a onda de envelhecimento no Brasil, motivando políticas para melhorar a qualidade de vida dos idosos. Contudo, os artigos não apresentam informações detalhadas ou coordenadas sobre a criação da PNSPI. É importante discutir a formulação de uma política, pois isso permite identificar as necessidades e prioridades da população-alvo da época, antecipar desafios ou problemas que poderiam surgir durante a implementação e compará-los com a realidade atual.

Abordagem da PNSPI

A forma que a literatura aborda a PNSPI é variada apesar de buscarem quase sempre o mesmo objetivo: se ela está sendo implementada em relações aos seus pressupostos disponíveis na legislação ou nas suas ações propostas. Os artigos analisados neste estudo trazem, no geral,

assuntos que estão contidos na íntegra na Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Abordam sobre a promoção do envelhecimento ativo, sobre a atuação multiprofissional de saúde e a implementação da PNSPI nos municípios, sobre ações direcionadas as pessoas idosas, como a assistência e o cuidado domiciliar, bem como o trabalho dos cuidadores destes e a implementação das ações de saúde para idosos pelas equipes de saúde de Unidades Básicas. A diversidade de abordagens, como observada no Quadro 2 demonstra a complexidade e a abrangência da PNSPI. Ao explorar diferentes aspectos e desafios, os estudos fornecem uma visão holística e detalhada da aplicação da política, proporcionando assim, verificar o que precisa de ser aprimorada em relação a seu conteúdo e implementação.

Relação da PNSPI com outra política

As políticas mencionadas nos artigos selecionados têm uma relação direta com a saúde da pessoa idosa. Uma abordagem integrada e sustentável por meio de políticas públicas é crucial para enfrentar os desafios do envelhecimento populacional. Promover um envelhecimento saudável e cidadão para todas as pessoas idosas requer uma estratégia abrangente que considere suas necessidades específicas e garanta o acesso adequado aos cuidados de saúde e outros serviços essenciais.

De acordo com a literatura, são essenciais políticas que promovam melhorias na saúde desde a infância até a idade avançada. Isso inclui a promoção da saúde ao longo da vida, garantindo acesso universal aos serviços de saúde pública, e considerando a influência de diversos fatores ambientais, econômicos, sociais e educacionais no surgimento de doenças e incapacidades. Além disso, são necessários programas de capacitação para profissionais nas áreas de geriatria, gerontologia e serviços sociais. Para que as políticas destinadas ao envelhecimento populacional sejam eficazes, é crucial adotar uma abordagem integrada que abarque setores específicos como saúde, economia, mercado de trabalho, seguridade social e educação (Camarano, Pasinato, 2004).

Assim, outras políticas, como as relacionadas à promoção de saúde, à atenção básica, à ciência, tecnologia e inovação em saúde, educação permanente, entre outras, possuem estreita ligação com a temática, merecendo um espaço dedicado na formulação de políticas públicas voltadas para o envelhecimento populacional.

Implementação da PNSPI

Os artigos selecionados para análise abordaram, em sua maioria, a implementação da PNSPI, destacando diversos aspectos e desafios no contexto brasileiro. A implementação da

PNSPI enfrenta dificuldades, especialmente no que tange aos cuidados oferecidos pelos cuidadores, à capacitação de profissionais do SUS e à divulgação da política para gestores e usuários. Embora existam projetos de extensão que promovem a saúde dos idosos e ações descentralizadas que incentivam a participação dos idosos no SUS, há desafios significativos, como a definição de estratégias e metas para cuidar de idosos frágeis e a oferta de suporte adequado pelo sistema público de saúde.

É crucial avançar na aplicação das diretrizes da PNSPI, pois, apesar dos obstáculos, ela continua sendo uma ferramenta essencial para atender às demandas da população idosa. No entanto, existem lacunas na implementação, como a falta de diretrizes específicas para pacientes com Doença de Parkinson, por exemplo e a inadequada atenção à saúde bucal dos idosos. Além disso, a necessidade de ações intersetoriais e a adaptação das políticas à realidade demográfica atual são pontos críticos para a efetiva operacionalização da PNSPI em nível municipal. A revisão da política é, portanto, necessária.

Analisar o processo de implementação de políticas públicas permite entender os fatores que influenciam o alcance dos objetivos definidos durante a elaboração da política e identificar as razões dos insucessos governamentais. Esse processo de análise pode ser uma oportunidade de aprendizagem, destacando a importância da implementação como uma etapa crucial na análise das políticas públicas. É essencial examinar como os arranjos locais respondem às determinações governamentais para implementar ações, programas e políticas. Compreender os fatores que levam os agentes implementadores a tornar as políticas uma realidade eficaz é uma análise complexa que deve ser amplamente difundida e discutida. Isso ajuda a identificar e resolver obstáculos à implementação, além de reforçar estratégias e experiências bem-sucedidas. O ciclo de políticas públicas deve ser visto como um processo contínuo, sem fim definido, onde os conflitos decorrentes da implementação podem resultar em novos padrões de comportamento nas instituições (Dalfior; Lima; Andrade, 2015).

Dificuldades ou desafios na implementação da PNSPI

Os resultados da análise revelam uma série de desafios e áreas críticas na implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) no Brasil. Um dos principais pontos destacados é a lacuna significativa entre as políticas formuladas e sua efetiva aplicação no suporte aos idosos. Muitas pessoas idosas ainda não recebem o suporte integral preconizado pela PNSPI, refletindo falhas na implementação que precisam ser abordadas urgentemente. Além disso, a compreensão das condições de trabalho dos cuidadores de idosos emergiu como essencial. A qualidade do cuidado prestado está diretamente ligada às políticas públicas que

deveriam proporcionar condições adequadas e apoio suficiente aos cuidadores, aspecto crucial para o bem-estar dos idosos.

A adaptação das políticas de seguridade social, saúde, assistência e previdência às demandas do envelhecimento populacional também foi destacada como fundamental. É necessário implementar ações preventivas eficazes para promover a saúde e a capacidade funcional dos idosos, alinhando-se aos objetivos da PNSPI de garantir um envelhecimento ativo e saudável. Os profissionais de saúde demonstraram conhecer a PNSPI, porém há uma necessidade crítica de capacitação mais abrangente e específica para garantir sua implementação efetiva, especialmente nas unidades de Atenção Básica/Saúde da Família.

A falta de regulamentação específica para a Atenção Básica como porta de entrada para os idosos é um dos pontos identificados que requerem atenção imediata. Adicionalmente, a análise revelou que a educação permanente sobre os direitos assegurados pela PNSPI é insuficiente entre os profissionais de saúde, destacando a necessidade de inclusão de disciplinas mais profundas sobre envelhecimento nos currículos educacionais. A implementação da PNSPI esbarra também em questões políticas, como nomeações baseadas em critérios políticos em vez de técnicos para coordenadores de saúde, afetando o planejamento e a execução das políticas de saúde a longo prazo.

Para superar esses desafios, são cruciais a revisão e a avaliação de políticas públicas. As avaliações geram indicadores, evidências qualitativas e resultados que contribuem para um debate amplo e informado, esclarecendo tanto os aspectos positivos quanto os negativos, levando em conta as limitações do escopo investigado e dos instrumentos utilizados. Apresentar diferentes interpretações dos resultados não é uma inconsistência teórica ou uma fragilidade metodológica, mas sim uma atitude científica e pessoal honesta. A robustez de uma avaliação não se refere apenas à consistência dos métodos utilizados, mas também à solidez dos critérios e valores públicos que orientam o processo desde o início (Jannuzzi, 2021).

Ações estratégicas ou resultado baseado no monitoramento da PNSPI

Diversas ações estratégicas e resultados decorrentes do monitoramento e acompanhamento da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) são destacados nos artigos analisados neste estudo. Os artigos indicam que algumas das ações propostas pela PNSPI estão sendo implementadas, embora nem todos os municípios consigam aplicar integralmente as diretrizes estabelecidas. Além disso, os estudos mostram as lacunas na implementação, identificando ações que não estão sendo executadas conforme o planejado e revelando os desafios enfrentados para a plena efetivação da PNSPI em âmbito municipal.

O monitoramento da política destaca a capacitação contínua de equipes multiprofissionais como uma ação estratégica essencial. Também sublinha a importância da educação permanente voltada para a população idosa e aponta a falta de profissionais capacitados como um obstáculo significativo. A ausência de um plano municipal específico para a população idosa e a necessidade de alavancar a produção acadêmica relacionada às políticas públicas para esse grupo são questões críticas. Estabelecer metas para efetivar a PNSPI com um enfoque local e municipal também merece destaque.

A efetividade de um programa público depende de vários fatores além de um bom diagnóstico inicial, é crucial considerar a demanda social, entender as necessidades e expectativas da população alvo do programa, o contexto de operação, levando em conta o ambiente em que o programa será implementado, incluindo aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos e os públicos-alvo, conhecendo bem as características e necessidades específicas das pessoas que o programa pretende beneficiar. Além disso, a formulação de um desenho apropriado para a intervenção é essencial, assim como a identificação e resolução dos problemas recorrentes de implementação operacional que os programas enfrentam (Jannuzzi, 2019).

Programas, ações, serviços ou equipamentos urbanos voltados para assistência de pessoas idosas

Os serviços e ações abordados incluem uma ampla gama de iniciativas para o cuidado e bem-estar das pessoas idosas, como cuidado domiciliar, casas de repouso, e suporte por cuidadores. Programas como o HIPERDIA para controle de hipertensão e diabetes, além de estratégias de promoção de saúde na atenção básica e uso da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa são essenciais. Instituições de longa permanência, equipes multiprofissionais, e tecnologias variadas também são integradas, junto com políticas como o Estatuto do Idoso e iniciativas como o Brasil Sorridente. Essas políticas e iniciativas são apresentadas como programas, ações, serviços ou equipamentos urbanos voltados para a assistência de pessoas idosas, conforme abordado nos artigos. Eles demonstram as ações em curso como parte da implementação da PNSPI.

A análise dessas ações pode facilitar o monitoramento quanto a implementação da política abordada. A literatura mostra que uma forma de monitorar uma política é por meio de indicadores. Um conjunto eficaz de indicadores de monitoramento deve ser capaz de responder às questões avaliativas essenciais, como: se os recursos financeiros e humanos estão sendo alocados corretamente; se os processos intermediários de contratação de serviços e adesão dos

agentes envolvidos na execução dos programas estão ocorrendo dentro do prazo e na escala necessária; e se os produtos, serviços e benefícios estão alcançando o público-alvo desejado e a sociedade em geral (Jannuzzi, 2014). Dessa maneira, a análise dessas estratégias pode ser crucial para monitorar e avaliar a implementação.

Orçamento da PNSPI

Ao analisar os artigos em relação ao orçamento da Política, constatou-se que nenhum deles aborda esse aspecto. Observou-se que não foi pactuado um orçamento para a Política, nem houve uma pactuação tripartite para definir o financiamento necessário para sua implementação. Não se encontrou na literatura científica informações que abordassem esses pontos. É de extrema relevância que o desenho de uma política inclua a definição de um orçamento.

O orçamento é o principal instrumento para a implementação de políticas públicas. É por meio do orçamento que o Estado, por meio do seu Poder Executivo, planeja suas políticas, destinando receitas correspondentes às despesas necessárias para sua execução. Sem previsão orçamentária, não é possível implementar políticas públicas (Dos Santos et al, 2017).

O orçamento é essencial para a execução de políticas públicas e, consequentemente, o controle judicial dessas políticas que garantem os direitos sociais está diretamente ligado à disponibilidade de recursos e à execução orçamentária. É crucial que a sociedade participe de forma mais ativa na elaboração, aprovação e execução dos orçamentos, bem como nas audiências públicas. Dessa forma, será possível implementar políticas públicas que atendam de maneira adequada às necessidades e realidades coletivas (De Fátima Ribeiro, 2019).

Importância da análise de políticas públicas

A análise de políticas públicas é uma abordagem essencial para propor melhorias e atualizações. Tanto a análise ex-ante, realizada antes da implementação de uma política, quanto a análise ex-post, realizada após a implementação de uma política, são cruciais para o aperfeiçoamento, observação do impacto, verificação da eficiência e eficácia, identificação de fragilidades, entre outros aspectos. Essas abordagens representam uma maneira diferente de raciocinar sobre problemas coletivos, coordenando processos de articulação e pactuação entre autoridades dirigentes de políticas, diretoras de programas e gestoras de ações governamentais. Políticas mais bem concebidas e programas mais eficazes dependem do desenvolvimento contínuo desse aprendizado e da realização de revisões sucessivas, baseadas em dados. Para alcançar esses objetivos, é fundamental começar não pela análise e organização de oficinas,

mas pela conscientização dos dirigentes sobre a importância desse trabalho. É essencial convencê-los da relevância de dar prioridade e apoio a esse esforço contínuo e extremamente útil. Deve-se demonstrar os inúmeros benefícios potenciais, como a melhoria da governança, uma supervisão mais inteligente e focada em resultados, a melhor preparação dos gestores para o diálogo com os órgãos de controle, a geração constante de notícias positivas e a celebração de conquistas futuras que surgem constantemente a partir de realizações presentes (Lassance, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os achados sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) desde sua criação até hoje, podemos concluir que a literatura científica oferece uma análise abrangente, porém crítica, da implementação e dos desafios enfrentados pela política. Os estudos destacam que, embora a PNSPI tenha sido formulada para melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas, sua aplicação enfrenta obstáculos significativos. Questões como a capacitação insuficiente de profissionais de saúde, lacunas na atenção básica, e a falta de um orçamento definido são alguns dos principais pontos de preocupação identificados.

Além disso, a análise ressalta a importância de uma abordagem contínua e adaptativa para enfrentar os desafios do envelhecimento populacional. Isso inclui a necessidade de políticas públicas que não apenas respondam às demandas atuais, mas também antecipem as necessidades futuras das pessoas idosas, garantindo um suporte adequado e sustentável ao longo do tempo. A inclusão de indicadores eficazes de monitoramento e a avaliação regular das políticas são fundamentais para ajustar estratégias e garantir que os recursos sejam alocados de maneira eficiente, maximizando os benefícios para a população idosa.

O orçamento é fundamental para a implementação de políticas públicas, sendo o principal instrumento utilizado pelo Estado para planejar e executar suas ações. A alocação adequada de receitas às despesas necessárias depende diretamente da previsão orçamentária. Assim, sem um orçamento bem definido e estruturado, a implementação de políticas públicas torna-se inviável. Portanto, é crucial reconhecer a importância do orçamento para garantir a efetividade das políticas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade. Sem orçamento não há implementação.

A revisão e a avaliação contínuas são cruciais para identificar e resolver os obstáculos à implementação da PNSPI, promovendo um envelhecimento ativo e saudável para todos os idosos no Brasil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, Patricia Araújo; NUNES, José Walter; MOURA, Leides Barroso de Azevedo. Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, 2021.
- CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**, v. 60, n. 1, p. 253-292, 2004.
- COMBINATO, Denise Stefanoni et al. " Grupos de Conversa": saúde da pessoa idosa na estratégia saúde da família. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 558-568, 2010.
- DA LUZ, Larissa Almondes et al. Avaliação das ações estratégicas na atenção à saúde do idoso em Unidades Básicas de Saúde de Teresina-PI. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 7, n. 22, p. 20-26, 2012.
- DALFIOR, Eduardo Tonole; LIMA, Rita de Cássia Duarte; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 210-225, 2015.
- DE FÁTIMA RIBEIRO, Maria. Efetivação de políticas públicas: uma questão orçamentária. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 12, p. 77-102, 2019.
- DOS SANTOS, Flavio Rosendo et al. O orçamento-programa e a execução das políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 191-212, 2017.
- DUARTE, Carine Aparecida Bernhard; MOREIRA, Lisandra Espíndula. Política Nacional de Saúde Da Pessoa Idosa: Integralidade e fragilidade em biopolíticas do envelhecimento. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, 2016.
- GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, 2004.
- IBGE. **Pirâmide etária**. 2022.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. A implementação no centro da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Aval**, v. 2, n 16, p. 65-81, 2019.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Est. Aval. Educ.**, p. 22-42, 2014.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, n. spe, p. 103-114, 2021.
- LASSANCE, Antonio. **Análise ex ante de políticas públicas: fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática**. Texto para Discussão, 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2528, de 19 de outubro de 2006. **Diário Oficial da União** [Internet], 2006.

NICOLETI, João Vitor. **O envelhecimento da população brasileira: implicações socioeconômicas e a construção de políticas públicas**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Década de Envelhecimento Saudável 2021-2030 em um Mundo Sujeito à Mudança Climática. Série de Nexos n.º 3, 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Década do Envelhecimento Saudável nas Américas 2021-2030**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>.

PAGE, M. J.; McKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D.; et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021.

RAEDER, Savio. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.

TORRES, Kellem Raquel Brandão de Oliveira; LUIZA, Vera Lucia; CAMPOS, Mônica Rodrigues. A educação a distância no contexto da política nacional de saúde da pessoa idosa: estudo de egressos. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 1, p. 337-360, 2018.

VIEIRA, Roseli Schminski; DE SOUZA VIEIRA, Reginaldo. Saúde do idoso e execução da política nacional da pessoa idosa nas ações realizadas na atenção básica à saúde. **Revista de direito sanitário**, v. 17, n. 1, p. 14-37, 2016.